

AGRICULTURA ALTERNATIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Renato Linhares de Assis*

I- Introdução:

‘O reconhecimento da importância da questão ambiental, tem determinado uma discussão cada vez maior sobre os padrões de desenvolvimento sustentável e as implicações das interações entre suas diferentes dimensões: econômica, social, ambiental e cultural. Com o acirramento do processo de globalização, esta discussão ganha cores mais fortes à medida que a seletividade histórica do processo de desenvolvimento econômico torna-se mais evidente, ampliando-se as desigualdades sociais entre incluídos e excluídos.

O caso da agricultura apresenta boa oportunidade para ampliar esta discussão, pois neste setor da economia, o mal uso dos recursos naturais, não representa somente uma externalidade, mas também um aumento nos custos de produção em função da maior demanda por insumos que a degradação ambiental provoca. Além disto, movimentos de agricultura alternativos ao atualmente predominante, baseados em princípios agroecológicos, cuja premissa básica é o estabelecimento de um processo de produção que não agride o meio ambiente, apresentam-se como opção para o desenvolvimento sustentável de unidades de produção familiares na medida que estes movimentos, com uma ação local, procuram estabelecer uma maior aproximação entre agricultores e consumidores a partir de uma racionalização do processo de comercialização.

II Agricultura e sustentabilidade:

O momento dos primeiros questionamentos, e reconhecimento público dos problemas ambientais, registrados na décadas de 1960 e 1970, provocados pela busca desenfreada do crescimento econômico, ocorrida após a II Guerra Mundial, se deu quando a agricultura estava em plena fase de intensificação e modernização aceleradas, estabelecendo-se um pensamento quase generalizado no planeta de que a degradação ambiental decorrente das práticas agrícolas era um mal necessário em função da necessidade de produção de alimentos em abundância.

* Eng^o Agrônomo, Pesquisador Embrapa/Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Cx.Postal 74505, Seropédica -RJ, CEP 23851-970, Tel.: (021)2682-1500, Fax: (021)2682-1230 - e-mail: renato@cnpab.embrapa.br.
Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente IE-Unicamp.

Foi a época daquela que ficou conhecida como "Revolução Verde", quando buscou-se através da disseminação de alguns poucos tipos de cultivares e híbridos de elevada produtividade, aliado a intensificação do uso de adubos sintéticos concentrados, agrotóxicos e mecanização, reproduzir na agricultura o modo de produção industrial. Extremou-se o desejo precípua de qualquer agricultor, enquanto empreendedor econômico, de simplificar sua atividade, em contraste com a demanda ambiental de maior complexidade, como forma de manter a sustentabilidade, desprezando as experiências seculares das sociedades camponesas tradicionais.

A tendência à simplificação do meio ambiente é uma questão inerente da atividade agrícola, na medida que facilita a supervisão e controle do processo de trabalho. Assim, a complexidade relativa das sociedades camponesas tradicionais apresentava-se como um obstáculo para o processo de intensificação da produção agrícola, que a partir da sua simplificação viabilizou sua obtenção em grandes extensões de terra, sob a justificativa da necessidade de ganho de escala como a única forma de aumentar a produção de alimentos e assim solucionar o problema da fome.

Ao final da década de 1980 porém, este processo se mostrou extremamente danoso, particularmente para os países subdesenvolvidos, onde essa "industrialização" da agricultura determinou o aumento na concentração da posse da terra e exclusão social, aumentando, opostamente ao desejado, o número de famintos no mundo em razão da má distribuição da abundância gerada, aliado a um aumento crescente de problemas de degradação ambiental.

Paralelamente, os sinais de esgotamento do modelo de produção preconizado pela "Revolução Verde", puderam ser percebidos também pelo aumento crescente da demanda por práticas alternativas, ecologicamente equilibradas, para a produção agrícola, assim como pelo também crescente reconhecimento científico do potencial dessas práticas.

III - Agricultura alternativa, agricultura familiar e mercado local:

Práticas alternativas possuem como premissa básica uma produção agrícola sem agressão ao meio ambiente, e caracterizam sistemas que resgatam a lógica da complexificação presente nas sociedades camponesas tradicionais. Agora sob novas bases tecnológicas e econômicas conforme diversos trabalhos de pesquisa têm demonstrado ser possível. O que integra estas propostas com outras voltadas a desenvolver a agricultura familiar, a qual, em função da escala favorece a conciliação entre a complexificação desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho

necessários.

Essa integração reforça também a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento sustentável, em função do envolvimento local que os agricultores familiares possuem, viabilizando-se mercados locais a partir da aproximação e orquestramento de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores.

O processo de adoção de sistemas alternativos de produção não pode ser considerado como dependente exclusivamente da decisão do agricultor, necessitando considerar o contexto sócio-político em que este processo ocorre. Assim, a aproximação entre produtores, comerciantes e consumidores locais ao revelar interesses comuns amplia o espectro de pessoas envolvidas e comprometidas com uma proposta de desenvolvimento sustentável.

Outro ponto importante é o fato dos agricultores familiares, através de práticas alternativas, terem a possibilidade de agregar valor aos seus produtos, em função do diferencial ecológico, e assim participar efetivamente dos mercados nacionais e internacionais de alimentos de qualidade, atendendo a demandas por alimentos orgânicos, através de uma oferta crescente de produtos. Esta inserção é importante porque possibilita que sejam explorados espaços deixados pela globalização ao “reduzir” distâncias e aproximar diferentes povos, ao mesmo tempo que permite afastar o risco, de que a agricultura alternativa torne-se um gueto, restringindo-se a mercados pequenos e pouco diversificados.

IV- Conclusão:

A agricultura familiar, em função de sua escala econômica, tem uma inerente vinculação com o espaço local, favorecendo a formação de mercados regionais a montante e a jusante de sua atividade, possibilitando a integração de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores, componente importante para uma proposta de desenvolvimento sustentável a partir da ação local, na medida que fortalece a democratização do poder político, em detrimento do poder de elites locais.

Possibilita-se assim, através da agricultura, a implementação de um processo coordenado e democratizado de desenvolvimento sustentável baseado na ação local, sem que este ao mesmo tempo signifique um isolamento e ausência de intercâmbio econômico entre diferentes povos, sendo possível explorar outras oportunidades que favoreçam o processo de desenvolvimento, sem que os principais interessados, deixem de ser agentes ativos nesse processo.